 <i>Uso Interno</i>	Tipo de Documento:	Procedimento
	Área de Aplicação:	Proteção de Dados
	Título do Documento:	Orientação para Elaboração do Termo de Consentimento

Sumário

1.	OBJETIVO.....	1
2.	ÂMBITO DE APLICAÇÃO	1
3.	DEFINIÇÕES.....	1
4.	DOCUMENTOS DE REFERÊNCIA.....	2
5.	RESPONSABILIDADES	2
6.	REGRAS BÁSICAS	3
7.	CONTROLE DE REGISTROS.....	10
8.	ANEXOS.....	11
9.	REGISTRO DE ALTERAÇÕES	14

1.OBJETIVO

Fornecer aos colaboradores da CPFL Energia **instruções para elaborar a documentação necessária para comprovar o consentimento** nos casos em que o tratamento dos dados estiver legitimado na base legal do consentimento.

2.ÂMBITO DE APLICAÇÃO

2.1. Empresa

Esta norma é aplicável ao Grupo CPFL Energia e a todas as suas controladas diretas e/ou indiretas, excetuadas as empresas com modelo de gestão e governança próprio.

2.2. Área

Todas as áreas da CPFL Energia.

3.DEFINIÇÕES


Para fins destas orientações, consideram-se:

“**Consentimento**”: manifestação livre, informada e inequívoca pela qual o titular concorda com o tratamento de seus dados pessoais para uma finalidade determinada. O consentimento não pode ser genérico, devendo referir-se a uma finalidade determinada. Na hipótese do tratamento de dados sensíveis, além das características acima, o consentimento ainda deverá ser destacado e específico.

“**Controlador**”: pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, a quem competem as decisões referentes ao tratamento de dados pessoais. Neste caso, será a CPFL Energia.

“**Dados pessoais**”: informação relacionada a pessoa natural identificada ou identificável;

N.Documento:	Categoria:	Versão:	Aprovado por:	Data Publicação:	Página:
18831	Instrução	1.0	Jorge Alberto Bounassar	30/06/2021	1 de 14

 CPFL ENERGIA <i>Uso Interno</i>	Tipo de Documento:	Procedimento
	Área de Aplicação:	Proteção de Dados
	Título do Documento:	Orientação para Elaboração do Termo de Consentimento

“Dados Pessoais Sensíveis”: dado pessoal sobre origem racial ou étnica, convicção religiosa, opinião política, filiação a sindicato ou a organização de caráter religioso, filosófico ou político, dado referente à saúde ou à vida sexual, dado genético ou biométrico, quando vinculado a uma pessoa natural;

“LGPD”: a Lei 13.709/2018 e suas alterações;

“Titular”: Pessoa natural a quem se referem os dados pessoais que são objeto de tratamento;

“Tratamento”: toda operação realizada com dados pessoais, como as que se referem a coleta, produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transmissão, distribuição, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação ou controle da informação, modificação, comunicação, transferência, difusão ou extração.

4.DOCUMENTOS DE REFERÊNCIA

- Lei Geral de Proteção de Dados (Lei 13.709/2018);
- Aviso de Privacidade da CPFL Energia.

5.RESPONSABILIDADES

PAP – Gerência de Proteção de Dados:

- Aprovar, atualizar e revisar periodicamente este documento;
- Promover a disseminação do conteúdo deste documento;
- Avaliar e discutir com as áreas envolvidas, quando necessário, eventuais exceções a este documento em relação aos procedimentos estabelecidos;
- Apoiar as áreas de negócios nas adequações/alterações do Termo de Consentimento, dado as especificidades identificadas, quando necessário;
- Avaliar e responder ao titular quando requerido a revogação do consentimento.


IJC - Gerência de Contratos e M&A:

- Subsidiar e apoiar a Gerência de Proteção de Dados na elaboração, adequação e atualização deste documento;
- Aprovar o Termo de Consentimento preenchido tendo como base este documento;
- Apoiar as áreas de negócios nas adequações/alterações do Termo de Consentimento, dado as especificidades identificadas, quando necessário.

Áreas de negócio:

- Elaborar o Termo de Consentimento;
- Cumprir com as orientações previstas na elaboração do Termo;
- Consultar as áreas de Proteção de Dados e IJC sempre que necessário.

N.Documento:	Categoria:	Versão:	Aprovado por:	Data Publicação:	Página:
18831	Instrução	1.0	Jorge Alberto Bounassar	30/06/2021	2 de 14

 <i>Uso Interno</i>	Tipo de Documento:	Procedimento
	Área de Aplicação:	Proteção de Dados
	Título do Documento:	Orientação para Elaboração do Termo de Consentimento

6. REGRAS BÁSICAS

6.1.1 Aplicação do Consentimento

O Consentimento é uma das hipóteses legais possíveis para a realização do Tratamento de Dados Pessoais, conforme a LGPD.

O Consentimento equivale a uma autorização do Titular e, portanto, para utilização dessa base legal é necessário que o Titular dos dados pessoais:

- (i) Entenda o propósito do Tratamento dos dados a fim de que possa realizar sua manifestação inequívoca de vontade, o que significa dizer que a transparência, a objetividade e clareza devem estar presentes na comunicação com o Titular;
- (ii) Possa seguir com a contratação mesmo se não autorizar o Tratamento de seus dados, o que significa dizer que a CPFL Energia deverá, ao utilizar tal hipótese legal, estabelecer processos e avaliações considerando o cenário de não concessão do consentimento;
- (iii) Possa exercer o direito de retirar a sua autorização a qualquer tempo, o que significa dizer que a gestão do Consentimento deve ser estabelecida já na definição do uso dessa base legal.

Importante. Se o Tratamento dos Dados Pessoais for necessário para o propósito definido pela CPFL Energia, a base legal para o Tratamento não poderá ser o consentimento, portanto é obrigatório rever a hipótese de Tratamento, e neste caso a Gerência de Proteção de Dados deverá ser acionada para apoiar na definição.


6.1.2 Requisitos legais para elaboração do Termo de Consentimento

Ao se valer do Consentimento como base legal adequada para realizar o Tratamento dos Dados Pessoais, caberá a CPFL Energia comprovar que obteve a autorização do titular para o Tratamento adequado na forma do artigo 8º, §2º da LGPD.

Para que o Consentimento seja válido, o colaborador da CPFL Energia, na elaboração do documento, deve observar os seguintes requisitos da LGPD:

- (i) Obter do Titular uma declaração **expressa, livre, informada e inequívoca** para uma **finalidade específica**; e na hipótese de Tratamento de Dado Sensível a autorização ainda deverá ser destacada e específica ou seja:
 - a. O Consentimento **expresso** significa que o Titular deve autorizar por escrito ou por outro meio que demonstre a manifestação clara de sua vontade;
 - b. O Consentimento **livre** significa que o Titular deve ter a opção de apresentar ou não os seus Dados Pessoais para tratamento dos Dados Pessoais;

N.Documento:	Categoria:	Versão:	Aprovado por:	Data Publicação:	Página:
18831	Instrução	1.0	Jorge Alberto Bounassar	30/06/2021	3 de 14

 <i>Uso Interno</i>	Tipo de Documento:	Procedimento
	Área de Aplicação:	Proteção de Dados
	Título do Documento:	Orientação para Elaboração do Termo de Consentimento

c. O Consentimento **informado** significa que o Titular precisa ter informações suficientes para entender o que será feito com os seus Dados Pessoais;

d. O Consentimento **inequívoco** significa que o Titular precisa concordar o Tratamento dos Dados Pessoais. Ou seja, **não** é aceita a presunção de Consentimento do Titular;

e. Quando falamos em **finalidade específica**, significa que o Consentimento será obtido para uma finalidade que é clara ao Titular. Assim, se o Colaborador está obtendo, no mesmo documento, o Consentimento para mais de uma finalidade, e todas as finalidades são legitimadas pela mesma hipótese de Tratamento (o Consentimento) todas estas atividades deverão ser mencionadas no termo, que deverá deixar claro ao Titular que ele pode consentir com o Tratamento para algumas finalidades, para todas elas, ou ainda, não consentir. Quando possível, o uso de caixas de seleção é recomendado para facilitar essa escolha.

f. O termo “destacado e específico” determina que o Consentimento seja obtido de forma separada ou com maior destaque dos demais documentos que tornar o Tratamento dos Dados necessários.

(ii) Informar ao Titular dos Dados Pessoais as consequências para o caso dele não consentir com o Tratamento dos dados pessoais como, por exemplo, se o processo como um todo será inviabilizado, se será realizado parcialmente, ou se poderá seguir com o processo sem consentir com o Tratamento de seus Dados Pessoais;

(iii) Garantir a recusa do Consentimento pelo Titular;

(iv) Disponibilizar meios ou canal para que o Titular retire o seu Consentimento, a qualquer tempo;


(v) Realizar a guarda do Consentimento coletado para comprovação da manifestação de vontade do Titular e defesa da CPFL Energia e/ou terceiros.

6.1.3 Instruções para elaboração do Termo de Consentimento.

O Consentimento será obtido por meio de um documento, chamado **Termo de Consentimento**, no entanto, variações podem ocorrer conforme as seguintes características: contexto, público alvo, dados coletados, meio pelo qual será disponibilizado o Termo de Consentimento, dentre outras variáveis.

Assim, observando os requisitos legais acima e também o disposto neste normativo, a CPFL Energia disponibiliza aos colaboradores minuta a ser utilizada na coleta do consentimento dos titulares (**Anexo I - Termo de Consentimento**).

N.Documento:	Categoria:	Versão:	Aprovado por:	Data Publicação:	Página:
18831	Instrução	1.0	Jorge Alberto Bounassar	30/06/2021	4 de 14

 CPFL ENERGIA <i>Uso Interno</i>	Tipo de Documento:	Procedimento
	Área de Aplicação:	Proteção de Dados
	Título do Documento:	Orientação para Elaboração do Termo de Consentimento

6.1.4 Alteração

A área responsável pela elaboração do Termo de Consentimento poderá requerer a adaptação da minuta padrão à realidade do produto, serviço ou processo, a medida que isto se faça necessário. Para tanto, a Gerência de Proteção de Dados deverá ser consultada sobre o tema.

Orientamos que a coleta do consentimento seja feita de forma destacada dos demais documentos relacionados a contratação para que haja maior clareza por parte do titular com relação ao que irá ou não consentir.

6.1.5 Comprovação da coleta do Consentimento

Cabe ao colaborador verificar se o Titular é realmente quem diz ser, no momento em que ele consente com o Tratamento de seus Dados Pessoais. Assim, cabe a área responsável pelo projeto ou pela construção do Termo de Consentimento criar mecanismos e procedimentos para realizar a validação da identidade do Titular dos Dados.

Abaixo recomendações para apoiá-los na criação dos procedimentos para autenticação dos titulares:

(i) Aceitar somente os documentos de identificação aceitos pelos órgãos oficiais, tais como: carteiras expedidas pelos Comandos Militares, pelas Secretarias de Segurança Pública, pelos Institutos de Identificação e pelos Corpos de Bombeiros Militares; carteiras expedidas pelos órgãos fiscalizadores de exercício profissional (ordens, conselhos etc.); passaporte brasileiro; certificado de reservista; carteiras funcionais expedidas por órgão público que, por lei federal, valham como identidade; carteiras de trabalho; carteiras de identidade do trabalhador; carteiras nacional de habilitação em papel (somente o modelo com foto).


Considerar o contexto da obtenção do Consentimento. Por exemplo, se o Consentimento é obtido do colaborador, é aceitável que o crachá de identificação da empresa seja aceito como um documento válido, pois a CPFL Energia conhece o sistema de identificação pelo crachá. No entanto, não é recomendável aceitar crachás de identificação emitidos por outros empregadores.

(ii) Considerar o meio que está sendo utilizado para a coleta do Consentimento. Por exemplo, caso o titular acesse algum sistema por meio de seu usuário e senha, não é necessário realizar uma nova identificação, ou solicitar assinatura eletrônica, o seu próprio login já fará parte do Termo de Consentimento. Para Consentimento obtido por escrito, recomendável solicitar o preenchimento de seus dados de identificação.

(iii) Quando a assinatura do Termo de Consentimento se der por meio de representantes legais do titular, deve-se observar os mesmos processos e políticas adotadas para assinatura de contratos junto a CPFL Energia.

O Termo de Consentimento, assim como acontece com os termos de uso e contratos assinados com consumidores e demais contrapartes dentro da CPFL Energia, também serve

N.Documento:	Categoria:	Versão:	Aprovado por:	Data Publicação:	Página:
18831	Instrução	1.0	Jorge Alberto Bounassar	30/06/2021	5 de 14

 <i>Uso Interno</i>	Tipo de Documento:	Procedimento
	Área de Aplicação:	Proteção de Dados
	Título do Documento:	Orientação para Elaboração do Termo de Consentimento

para comprovar a manifestação de vontade de quem o assinou, bem como para evidenciar o cumprimento dos requisitos legais do Consentimento.

Desta forma, cabe à área que elaborar o Termo de Consentimento alinhar com a IJC (Gerência Jurídica de Contratos e M&A) ou com a IJE (Jurídico Estratégico), a depender do tema, a guarda desse documento (ainda que o Titular não tenha autorizado o tratamento dos dados) pelo prazo legal necessário para o exercício do direito de defesa da CPFL Energia ou para cumprimento de obrigação legal/regulatório. Pelo mesmo prazo devem ser armazenados os dados utilizados para realizar a autenticação do Titular.

Na hipótese do Termo de Consentimento ser obtido por meios eletrônicos, é necessário que a área garanta (i) a disponibilidade, a integridade e o não repúdio do documento citado; (ii), que a assinatura do mesmo observe as legislações aplicáveis sobre o tema, especialmente mas não exclusivamente, o disposto na Medida Provisória 2.200-2 de 24/08/2001; (iii) a observância as políticas, normas e procedimentos de segurança da informação; e (iv) utilize os meios eletrônicos homologados pela Diretoria de Tecnologia da Informação (EI).

Deverá ser entregue ao Titular uma cópia do Termo de Consentimento assinado ou, se obtido por meio eletrônico, a disponibilização para download após a sua assinatura.

6.1.6 Recusa do Consentimento

A recusa do Consentimento para o Tratamento dos Dados Pessoais deve ser sempre uma opção para o Titular, sendo obrigatório informar no próprio documento, de forma clara e objetiva, as consequências que o Titular estará sujeito se optar por não consentir com o Tratamento dos dados

A área responsável pelo Termo de Consentimento deverá prever mecanismos e processos que viabilize a continuação do processo de contratação com o titular dos dados mesmo se este não consentir com o Tratamento dos Dados Pessoais.


A recusa do Consentimento também deve ser registrada e armazenada pelo prazo de 10 anos a contar da sua manifestação.

6.1.7 Revogação do Consentimento

O Titular dos Dados, a qualquer tempo, poderá desautorizar o Tratamento de Dados Pessoais baseada no Consentimento. Portanto, a área responsável pelo projeto ou pelo Termo de Consentimento deve viabilizar procedimento para que o Titular exerça este direito conforme informado no Aviso de Privacidade Institucional (questão 3).

Através do canal disponibilizado pela CPFL Energia para atendimento aos direitos decorrentes da LGPD o Titular poderá, de forma gratuita e facilitada, desautorizar o tratamento de dados pessoais realizado com base na hipótese legal do consentimento.

N.Documento:	Categoria:	Versão:	Aprovado por:	Data Publicação:	Página:
18831	Instrução	1.0	Jorge Alberto Bounassar	30/06/2021	6 de 14

 <i>Uso Interno</i>	Tipo de Documento:	Procedimento
	Área de Aplicação:	Proteção de Dados
	Título do Documento:	Orientação para Elaboração do Termo de Consentimento

O requerimento de revogação do consentimento será avaliado pela Gerência de Proteção de Dados e dará retorno ao titular.

Se o requerimento do titular for legítimo, caberá à área responsável pela coleta do Termo de Consentimento tomar as medidas necessárias para que os dados pessoais coletados não sejam mais utilizados.

Na hipótese de coleta do consentimento não estar adequada ao previsto na LGPD, será demandada a exclusão das informações de todos os bancos de dados da Organização de forma segura e observando as orientações da Gerência de Segurança da Informação; hipótese em que a CPFL Energia deverá realizar a guarda de evidência de que a exclusão dos dados foi realizada.

Se os dados pessoais coletados sob a base do consentimento tiverem sido compartilhados com outros controladores ou operadores, a CPFL Energia deverá tomar as ações necessárias para que os dados pessoais por ela excluídos e que tenham sido por ela compartilhados sejam também excluídos, de forma segura, da base de dados dos terceiros.

Importante destacar que o Tratamento de Dados realizado durante a vigência do Termo de Consentimento permanecerá válido mesmo após a revogação do consentimento, passando este (revogação do consentimento) a valer somente a partir da opção registrada pelo Titular. E por assim ser, tanto o Termo de Consentimento quanto o pedido de revogação e sua resposta permanecerão armazenados na CPFL Energia pelo prazo legal previsto para defesa de seus direitos e/ou para atendimento de demanda regulatória ou legal.


6.1.8 Novo consentimento

O titular também poderá, a qualquer tempo, por vontade própria autorizar, novamente, a CPFL a realizar o tratamento dos dados pessoais que havia desautorizado a sua utilização, bastando para tanto assinar o respectivo Termo de Consentimento.

6.1.9 Alterações no uso da informação

Na hipótese em que o consentimento é requerido, se houver mudança na finalidade de tratamento de dados e o propósito for incompatível com o consentimento original; e/ou na forma e duração do tratamento e/ou na identificação do controlador ou ainda de suas informações de contato, a CPFL Energia deverá informar ao titular previamente para que este possa revogar o consentimento caso discorde da alteração.

N.Documento:	Categoria:	Versão:	Aprovado por:	Data Publicação:	Página:
18831	Instrução	1.0	Jorge Alberto Bounassar	30/06/2021	7 de 14

 <i>Uso Interno</i>	Tipo de Documento:	Procedimento
	Área de Aplicação:	Proteção de Dados
	Título do Documento:	Orientação para Elaboração do Termo de Consentimento

Desta forma, é importante que já na criação ou alteração do processo, serviço ou produto que tenha como base legal o consentimento para tratamento dos dados pessoais, seja previsto fluxo e processo para comunicação e gestão do informado nesse item 4.9.

Deverá a área prever, ainda, a guarda de evidência tanto da comunicação ao titular, quanto da retirada do consentimento em resposta a tal comunicação, de maneira que a CPFL Energia consiga realizar a prova perante o titular ou Órgãos reguladores quando necessário.

6.1.10 Outras situações

Casos específicos devem seguir as indicações constantes do item 5 destas orientações (abaixo), e poderão ser incluídos no texto do Termo de Consentimento quando aplicáveis.

6.1.11 Aprovação

O Termo de Consentimento preenchido deverá ser validado pela IJC tendo como base este documento, especialmente, mas não exclusivamente com relação ao propósito, adequação e necessidade da coleta de dados para o propósito definido, clareza na entrega da comunicação, validação quanto à adequação da hipótese legal utilizada pela área responsável, definição dos mecanismos e procedimentos para gestão do consentimento, dentre outros que se fizerem necessários para observância do disposto na LGPD.

6.2 Orientações para casos específicos previstos na LGPD

O Termo de Consentimento deverá também observar as hipóteses específicas abaixo relacionadas na elaboração e na criação de mecanismos e procedimentos para sua aplicação.


Abaixo apresentamos as situações que poderão ocorrer e nos anexos as cláusulas específicas que deverão constar do Termo de Consentimento.

6.2.1 Dados pessoais de Crianças (menores de 12 anos) e Adolescentes

No tratamento de dados de crianças e adolescentes, a área que define os dados que serão tratados deverá justificar o tratamento dos dados demonstrando que a realização do mesmo, da forma que será realizada, trará benefícios ao titular dos dados que a ausência do tratamento não poderia ou teria dificuldades de trazê-lo.

Especificamente com relação ao tratamento de Dados Pessoais / Dados Pessoais Sensíveis de crianças, além dos cuidados indicados no item 4 acima, a CPFL Energia deverá coletar o consentimento de pelo menos um dos pais ou responsáveis legais para Tratamento destes Dados, verificando se o signatário realmente tem poderes para representar/assistir o menor de idade

N.Documento:	Categoria:	Versão:	Aprovado por:	Data Publicação:	Página:
18831	Instrução	1.0	Jorge Alberto Bounassar	30/06/2021	8 de 14

 <i>Uso Interno</i>	Tipo de Documento:	Procedimento
	Área de Aplicação:	Proteção de Dados
	Título do Documento:	Orientação para Elaboração do Termo de Consentimento

Para este caso, recomendamos que o Termo de Consentimento seja acrescido do campo de assinatura dos responsáveis pela criança, sendo realizada a validação de poderes de representação observando o que segue:

Procurador: procuração com reconhecimento de firma por autenticação acompanhada de documento de identificação aceito pelos órgãos oficiais (vide item 4.5, “i”, acima);

Curador provisório: certidão de curatela ou decisão judicial acompanhada de documento de identificação aceito pelos órgãos oficiais (vide item 4.5, “i”, acima);

Curador definitivo: certidão de casamento ou nascimento averbada com a interdição e/ou sentença ou decisão de curatela definitiva, acompanhada de documento de identificação aceito pelos órgãos oficiais (vide item 4.5, “i”, acima);

Inventariante: termo de nomeação de inventariante por escritura pública se o inventário for extrajudicial ou decisão judicial, acompanhada de documento de identificação aceito pelos órgãos oficiais (vide item 4.5, “i”, acima).

Recomenda-se também que as informações sobre como serão utilizados os Dados Pessoais sejam escritas de maneira simples e acessível para possibilitar tanto o entendimento do responsável legal quanto da criança.

A área responsável pelo Termo de Consentimento deverá consultar o Aviso de Privacidade Institucional para avaliar se os dados pessoais utilizados estão publicados no documento citado.

Na hipótese de não estarem, deverá requerer, previamente a alteração/criação do novo processo, produto ou serviço, a complementação do Aviso de Privacidade Institucional com os tipos de dados que serão utilizados.


Na hipótese de haver divergência entre os representantes legais com relação ao tratamento dos dados a serem realizados, recomenda-se suspender o tratamento dos dados até que haja clareza jurídica em relação à vontade que deve prevalecer.

6.2.2 Compartilhamento de dados com terceiros

Caso o Consentimento seja coletado para compartilhamento de Dados Pessoais com outros Controladores, deverá ser informado ao Titular, no momento da coleta do Consentimento, os dados que serão compartilhados, a finalidade desse compartilhamento e a empresa (razão/denominação social e CNPJ) com quem compartilharemos os dados.

Se os Dados Pessoais forem usados para tomada de decisão automatizada em relação ao Titular dos Dados Pessoais, como por exemplo criação de um perfil, as informações sobre a lógica envolvida na tomada de decisão automatizada, bem como o significado e as consequências previstas para o Titular dos Dados Pessoais devem ser inseridos no Termo de Consentimento.

N.Documento:	Categoria:	Versão:	Aprovado por:	Data Publicação:	Página:
18831	Instrução	1.0	Jorge Alberto Bounassar	30/06/2021	9 de 14

 CPFL ENERGIA <i>Uso Interno</i>	Tipo de Documento:	Procedimento
	Área de Aplicação:	Proteção de Dados
	Título do Documento:	Orientação para Elaboração do Termo de Consentimento

6.2.3 Acessibilidade

A redação do Termo de Consentimento e a forma de sua apresentação (em meio físico ou eletrônico) deverá considerar as características físico-motoras, perceptivas, sensoriais, intelectuais e mentais do Titular. Assim, recomenda-se adequar a forma de obtenção do Consentimento as características do Titular, sempre que possível.

6.3 Gestão do Consentimento

O titular de dados pode concordar ou não com o tratamento de seus dados, sendo tal informação registrada no Termo de Consentimento específico.

Também, caso autorize o tratamento dos dados pessoais poderá a qualquer tempo revogar o seu consentimento.


De forma manual, a gestão do consentimento será feita da seguinte forma:

- O canal de entrada para apresentação do Termo de Consentimento será o mesmo para a formalização do negócio jurídico com o titular (contrato, termo de uso, dentre outros). Portanto a guarda do documento citado assinado, deverá se dar juntamente com os demais documentos relacionados ao produto, serviço ou processo a que o Termo de Consentimento está relacionado.
- A revogação do consentimento permanecerá sob a guarda da Gerência de Proteção de Dados, juntamente com a resposta a ser enviada ao titular com relação ao exercício da revogação do consentimento.
- A área responsável pelo produto, serviço ou processo também se responsabilizará, em menor prazo possível (não superior a 5 dias úteis a contar da orientação da Gerência de Proteção de Dados), por tomar as medidas que se fizerem necessárias para suspensão do tratamento dos dados pessoais quando houver a revogação do consentimento pelo titular dos dados.

7.CONTROLE DE REGISTROS

Identificação	Armazenamento e Preservação	Proteção (acesso)	Recuperação e uso	Retenção	Disposição
Anexo I	Pasta do Sharepoint da Gerência de Proteção de Dados	Restrição de Acesso	Por documento	Até a próxima atualização do documento	Substituição

N.Documento:	Categoria:	Versão:	Aprovado por:	Data Publicação:	Página:
18831	Instrução	1.0	Jorge Alberto Bounassar	30/06/2021	10 de 14

 Uso Interno	Tipo de Documento:	Procedimento
	Área de Aplicação:	Proteção de Dados
	Título do Documento:	Orientação para Elaboração do Termo de Consentimento

8.ANEXOS

ANEXO I - TERMO DE CONSENTIMENTO PARA USO DE DADOS PESSOAIS

Este documento tem por objetivo coletar a autorização do titular dos dados para tratamento dos seus dados pessoais com enquadramento na base legal do consentimento.

A fim de que possa tomar sua decisão de forma livre com relação aos seus dados pessoais, passamos a informar o que segue:


Cadastr	CPFL Energia	<i>[informar a Empresa que formalizou o contrato com o titular dos dados]</i>	
	Titular dos dados	Nome:	
		CPF:	
	Se Titular menor de 18 anos	<input type="checkbox"/> Criança (menor de 12 anos) <input type="checkbox"/> Adolescente	
	Dados do representante legal	Nome:	
		CPF:	
	Contrato Principal	<i>[informar o título que está no cabeçalho do contrato]</i>	
Autorização 1			
características	Finalidade do tratamento	<i>[descrever a finalidade que motiva a coleta dos dados, por exemplo: para fornecimento de análises clínicas, gestão dos dados pessoais, suporte ao cliente e outros serviços oferecidos pela nossa empresa]</i>	
	Dados pessoais	<i>[descrever os dados pessoais tratados, por exemplo, para suporte ao cliente, são utilizados: nome completo, CPF, Informações residenciais, como por exemplo, endereço e telefone e email / ao existirem dados pessoais sensíveis, recomendamos separá-los, dando destaque para a coleta destes]</i>	
	Os Dados pessoais serão utilizado para tomada de decisão automatizada ?	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	
	Haverá compartilhamento dos dados com outro Controlador?	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	Empresa: CNPJ: Finalidade: <i>[informar o propósito do compartilhamento]</i>
	Vigência	O tratamento dos dados pessoais será realizado enquanto houver hipótese legal que autorize o tratamento dessas informações ou então até que o titular revogue o seu consentimento.	



Uso Interno

Tipo de Documento: Procedimento
Área de Aplicação: Proteção de Dados
Título do Documento: Orientação para Elaboração do Termo de Consentimento

	O que acontece se o Titular não autorizar a coleta dos dados	<i>[informar o que ele não poderá realizar ao não fornecer o consentimento].</i>
	Você autoriza o tratamento de seus dados pessoais para o propósito neste informado?	<input type="checkbox"/> Autorizo <input type="checkbox"/> Não autorizo
	AUTORIZAÇÃO 2	
Características	Finalidade do tratamento	<i>[descrever a finalidade que motiva a coleta dos dados, por exemplo: para fornecimento de análises clínicas, gestão dos dados pessoais, suporte ao cliente e outros serviços oferecidos pela nossa empresa]</i>
	Dados pessoais	<i>[descrever os dados pessoais tratados, por exemplo, para suporte ao cliente, são utilizados: nome completo, CPF, Informações residenciais, como por exemplo, endereço e telefone e email / ao existirem dados pessoais sensíveis, recomendamos separá-los, dando destaque para a coleta destes]</i>
	Os Dados pessoais serão utilizado para tomada de decisão automatizada ?	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
	Haverá compartilhamento dos dados com outro Controlador?	<input type="checkbox"/> Sim Empresa: CNPJ: Finalidade: <i>[informar o propósito do compartilhamento]</i> <input type="checkbox"/> Não
	Vigência	O tratamento dos dados pessoais será realizado enquanto houver hipótese legal que autorize o tratamento dessas informações ou então até que o titular revogue o seu consentimento.
	O que acontece se o Titular não autorizar a coleta dos dados	<i>[informar o que ele não poderá realizar ao não fornecer o consentimento].</i>
	Você autoriza o tratamento de seus dados pessoais para o propósito neste informado?	<input type="checkbox"/> Autorizo

 CPFL ENERGIA <i>Uso Interno</i>	Tipo de Documento:	Procedimento
	Área de Aplicação:	Proteção de Dados
	Título do Documento:	Orientação para Elaboração do Termo de Consentimento


		() Não autorizo
	Local	
	Data	

Caso tenha autorizado o tratamento de dados pessoais conforme disposto neste Termo de Consentimento, você poderá retirar sua autorização a qualquer tempo, através do canal disponibilizado pela CPFL para exercício dos direitos dos titulares.

Para mais informações a respeito do tratamento de dados pessoais pela CPFL Energia, acesse o Aviso de Privacidade disponível no [link do site]. Para saber mais a respeito da Lei Geral de Proteção de Dados e os direitos concedidos por ela aos titulares de dados pessoais, acesse nosso Portal da Privacidade [incluir link]

Ao assinar o presente Termo de Consentimento o Titular dos Dados declara que leu e entendeu as informações prestadas nestes documento e está ciente das consequências tanto da autorização quanto da não autorização do tratamento dos dados pessoais.

Assinatura do titular/Representante Legal

 CPFL ENERGIA <i>Uso Interno</i>	Tipo de Documento:	Procedimento
	Área de Aplicação:	Proteção de Dados
	Título do Documento:	Orientação para Elaboração do Termo de Consentimento

9. REGISTRO DE ALTERAÇÕES

9.1. Colaboradores

Empresa	Área	Nome
CPFL Renováveis	PAP	Denise Ramos de Lima
CPFL Paulista	IJC	Lidia Brito de Oliveira
CPFL Paulista	IJC	Marina Vicentim do Prado Ribeiro
CPFL Piratininga	IJC	Michel Franco de Carvalho Ribeiro
CPFL Renováveis	IJCM	Andre Lourenço Dotto

9.2. Alterações

Versão Anterior	Data da Versão Anterior	Alterações em relação à Versão Anterior
Não aplicável	Não aplicável	Documento em versão inicial.